Nações Unidas E/CN.6/2025/NGO/109



Conselho Económico e Social

Distrito: Geral

7 de dezembro de 2024

Original: Inglês

Comissão sobre o Estatuto da Mulher

Sexagésima nona sessão

10-21 de março de 2025

Seguimento da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres e da vigésima terceira sessão especial da Assembleia Geral intitulada "Mulheres 2000: igualdade entre os sexos, desenvolvimento e paz para o século XXI"

Declaração submetida pela Casa Generalizia della Societa' del Sacro Cuore, Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Congregação da Missão, Congregações de São José, Dominican Leadership Conference, Edmund Rice International Limited, Fondazione Proclade Internazionale - Onlus, Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria - Loreto Generalate, International Presentation Association, Loretto Community (Religiosas of Loretto), Maryknoll Religiosas of St, Passionistas Internacionais, Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Salesian Missions, Inc., School Religiosas of Notre Dame, Religiosas of Charity Federation, Religiosas of Notre Dame de Namur, Society of Catholic Medical Missionaries, UNANIMA International e VIVAT International, organizações não governamentais com estatuto consultivo junto Conselho Económico e Social*

O Secretário-Geral recebeu a seguinte declaração, que é distribuída em conformidade com os pontos 36 e 37 da Resolução 1996/31 do Conselho Económico e Social.

^{*} A presente declaração é emitida sem edição formal.





Declaração

Nós, membros da Coalizão de Religiosas e Religiosos para a Justiça, representamos congregações de Irmãs, Religiosas e Religiosos católicos e seus parceiros. Partilhamos uma devoção à promoção da igualdade de género como reflexo da igual dignidade humana de todas as pessoas, independentemente do género, e examinamos continuamente e procuramos transformar os obstáculos à justiça de género que são perpetuados por estruturas e atitudes patriarcais dentro das nossas próprias instituições e comunidade de fé. Com base nas nossas experiências de serviço e solidariedade para com as mulheres e raparigas marginalizadas, oferecemos as nossas perspectivas no que diz respeito ao progresso global em direção aos objectivos da Declaração de Pequim.

Apesar de serem oriundos de seis continentes, as observações dos nossos membros sobre jornada para a realização da igualdade de género convergem em torno de alguns temas:

- Os obstáculos mais generalizados e catastróficos à igualdade entre os sexos são as principais barreiras à educação das raparigas: normas de género que elevam falsamente o valor inerente, as contribuições ou a capacidade de liderança dos rapazes/homens em detrimento das raparigas/mulheres; incapacidade do governo para satisfazer as necessidades das comunidades ou famílias das raparigas no que diz respeito aos custos da educação, às infra-estruturas e ao pessoal qualificado; casamento e/ou gravidez precoces; e conflitos violentos e/ou degradação ambiental nas comunidades de origem das raparigas.
- Apesar das fortes políticas relativas à violência baseada no género, a incidência continua a aumentar em todo o mundo devido à falta de aplicação e de acesso à justiça por parte dos sobreviventes.
- A discriminação e as desigualdades baseadas no género tornam as mulheres/raparigas mais vulneráveis aos choques sociais, económicos e ambientais do que os seus homólogos masculinos. Quando esses choques as obrigam a migrar, as políticas sociais de exclusão dos migrantes sobrecarregam as mulheres/raparigas com uma camada adicional de vulnerabilidade à violência e à exploração e com barreiras adicionais aos serviços essenciais.
- Embora estejam a ser dados passos positivos no sentido da paridade de género na liderança em vários contextos, o trabalho social, económico, ambiental e de governação realizado pelas mulheres continua a superar significativamente o seu poder nos órgãos de decisão que governam as suas vidas.

Para enfrentar estes desafíos, os nossos membros desenvolvem uma grande variedade de ministérios, que apresentamos como boas práticas com potencial para serem ampliadas ou adaptadas a outros contextos.

Por exemplo, em resposta à violência baseada no género:

- A Sociedade dos Missionários Médicos Católicos na Índia fornece orientação jurídica e apoio/acompanhamento pessoal a mulheres e crianças que sobreviveram à violência sexual e doméstica.
- As Religiosas Missionárias do Espírito Santo na Indonésia lideram a Equipa de Voluntariado para a Humanidade nas Flores (TRUK-F), que aborda a violência baseada no género através de campanhas de sensibilização/formação da comunidade; casas seguras, serviços de saúde/jurídicos, reabilitação, reintegração e repatriamento de sobreviventes; e campanhas de defesa de direitos que formam e envolvem sobreviventes e grupos de mulheres.

Ao serviço da educação e da liderança das mulheres/raparigas:

 As Religiosas de Notre Dame de Namur, na Nigéria, oferecem um currículo holístico na sua escola para raparigas, que desmistifica os estereótipos de género e os mitos que elevam os rapazes/homens em detrimento das raparigas/mulheres.

2/5 24-23157

- As Religiosas Missionárias Combonianas em Kariobangi, no Quénia, dirigem uma escola técnica para mulheres/raparigas que incorpora actividades geradoras de rendimentos e cursos de alfabetização de adultos.
- As Religiosas de Notre Dame em Soma, na Gâmbia, patrocinam uma escola profissional transformada em escola básica e secundária, na qual as raparigas participam em cursos de costura e de gravata/gravata e a liderança estudantil e o fornecimento gratuito de pensos higiénicos reduziram com êxito o absentismo.
- A International Presentation Association em Perth, Austrália, oferece um grupo cocurricular à hora do almoço ("Young Pressies") na sua escola secundária. Este grupo orienta 50 a 60 raparigas com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos na aquisição semanal de conhecimentos de serviço público e de competências de defesa de direitos, que aplicam para apoiar as necessidades das mulheres e crianças locais que foram afectadas pelo tráfico de seres humanos, pela violência doméstica, pela falta de alojamento, pela pobreza e pela crise do custo de vida.

Para abordar as disparidades em matéria de saúde e práticas nocivas que põem em perigo as mulheres/raparigas:

- Religiosas do Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria em Jicamarca, Peru, lideram o
 projeto "Mulheres e Crianças Saudáveis". Sensibiliza para as taxas de nutrição e de
 anemia em 220 raparigas e rapazes, ao mesmo tempo que fornece aos pais ferramentas e
 conhecimentos sobre este assunto. Desde fevereiro de 2024, tem vindo a proporcionar a
 100 mulheres cuidados médicos, formação e apoio ginecológico-obstétrico para a
 prevenção e tratamento de doenças como o cancro da mama e o cancro do colo do útero.
- As Religiosas do Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria em Huaycán, Peru, patrocinam o projeto "Unidas Nutrimos Mejor", que complementa as ofertas das cozinhas de sopa com legumes, proteínas e leguminosas; oferece workshops informativos e demonstrações nutricionais para ajudar as mulheres a melhorar a nutrição do seu refeitório; e oferece workshops de trabalho social, nos quais as mulheres adquirem competências de liderança e gestão que asseguram a sustentabilidade do projeto e dos seus refeitórios

Em resposta a as vulnerabilidades económicas produzidas pela discriminação baseada no género:

- As Religiosas de Notre Dame de Namur, na República Democrática do Congo, adoptam uma abordagem integrada para lidar com a desigualdade de género nas comunidades rurais, criando escolas para raparigas; centros de saúde comunitários; e centros de capacitação das mulheres que oferecem formação e serviços para apoiar a alfabetização das mulheres, o conhecimento dos seus direitos e a forma de os reivindicar ou defender, competências de liderança, microfinanças, agricultura e empreendedorismo.
- As Religiosas Servas do Espírito Santo na Indonésia patrocinam um Programa de Equidade de Género que oferece formação e apoio a mulheres nas áreas da agricultura e tecelagem, grupos de sensibilização sobre mulheres e política e violência baseada no género, e cuidados ambientais.
- A Congregação de Jesus em Bihar, na Índia, patrocina o Chirag Education Culture and Health Awareness Centre, que oferece formação em alfaiataria e enfermagem a raparigas e programas de microfinanciamento que servem mais de 200 mulheres.

Reconhecer os danos desproporcionados infligidos às mulheres/raparigas em contextos de conflito violento e de catástrofes/degradação ambiental:

 As Religiosas da Escola de Notre Dame no Sudão do Sul abordam as causas profundas da violência, capacitando mulheres e crianças com competências práticas de resolução de conflitos.

24-23157

Quebram as divisões sociais e criam confiança, proporcionando uma plataforma de diálogo aberto e de partilha de perspectivas.

- Religiosas do Instituto da Bem-Aventurada Virgem Maria em Huaycán, Peru, organizam os projectos Niñez sin Miedo e Kusi Warma, liderados por mulheres, que procuram reduzir a violência infantil através da formação de mais de 160 crianças defensoras dos direitos da criança. As suas sessões psico-educativas ensinam os alunos a reconhecer/gerir as suas emoções, a fazer valer os seus direitos, a impedir actos de violência à sua volta e a educar outras crianças sobre estes assuntos.
- As Religiosas Missionárias Combonianas no Quénia empregam mulheres em projectos agrícolas e de irrigação com energia solar que proporcionam uma fonte de alimentação ambientalmente sustentável para famílias e comunidades, bem como um meio de subsistência para as mulheres.
- O Movimento Franciscano de Justiça, Paz e Integridade em Cochabamba, Bolívia, lidera um Projeto Cooperativo de Recolhedores e Recicladores de Lixo, que funciona com paridade de género entre os seus membros.

A nossa comunidade mundial apela aos Estados membros da ONU para colaborem connosco:

- Atribuição de financiamento público para satisfazer as necessidades das mulheres/raparigas em termos de abrigo, cuidados informados sobre os traumas e recursos legais contra os autores de violência baseada no género, com especial atenção para as que se encontram em contextos de conflito e de migração.
- Formação de tradutores independentes para permitir a comunicação dos sobreviventes de violência de género com os investigadores.
- Modificar as políticas de educação de "partilha de custos" (subsídios de propinas iguais para todos) para subsídios equitativos adaptados às necessidades individuais.
- Investir na formação/compensação adequada dos professores com incentivos financeiros para ensinarem nas zonas rurais.
- Supressão da exclusão das estudantes grávidas ou mães das políticas de ensino gratuito.
- Fornecimento de pensos higiénicos nas escolas.
- Dar prioridade à experiência vivida de discriminação com base no género como qualificação essencial para a liderança de gabinetes e projectos que visem a equidade de género e o desenvolvimento.
- Oferecer fóruns exclusivamente femininos, nos quais as mulheres possam dar voz às suas necessidades, opiniões e ideias junto dos líderes governamentais.
- Eliminar as barreiras legais à educação sexual abrangente para permitir a desestigmatização da menstruação e proteger as crianças contra os abusos sexuais, o casamento/gravidez precoces e as doenças sexualmente transmissíveis, através de conversas que dêem poder e salvem vidas sobre o consentimento sexual e conjugal e as implicações da atividade sexual em termos de saúde/educação/finanças.
- Instituir currículos nacionais do ensino primário e secundário que abordem os estereótipos de género nocivos que limitam as possibilidades das pessoas de todos os géneros e envenenam as relações entre os géneros ao longo do ciclo de vida.
- Atribuição de fundos adequados para os cuidados de saúde das mulheres em trabalho de parto e nas zonas rurais.
- de pessoas de todos os géneros e de líderes tribais/culturais/religiosos no diálogo comunitário e nas técnicas de mediação de conflitos, especialmente em contextos de conflito/pós-conflito.
- Garantir a proteção dos activistas não violentos da igualdade de género contra represálias violentas ou judiciais pelo seu ativismo.

4/5 24-23157

- Exercer a transparência nas despesas públicas com programas de educação, saúde e meios de subsistência de raparigas/mulheres e no acompanhamento/recuperação de sobreviventes de violência baseada no género.
- Estabelecer um mecanismo de coordenação entre as agências governamentais que tratam dos diferentes aspectos do trabalho em prol da igualdade entre homens e mulheres

24-23157